

AÓ EXPEDIENTE

Em 25 JUN 2012

Veto Total nº 065/12

nº 0124
Recebido, Autue-se e
inclua em pauta.ESTADO DE RONDÔNIA
Assembleia Legislativa

Presidente



26 JUN 2012

1º Secretário

26 JUN 2012

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Protocolo 019/12

Processo 019/12

MENSAGEM N. 150 , DE 22 DE JUNHO DE 2012.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:



Com amparo no artigo 42, § 1º, da Constituição do Estado, impõe-me o dever de informar a Vossas Excelências, que vetei totalmente o Projeto de Lei de iniciativa dessa augusta Assembleia Legislativa, que “Institui o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil nas instituições de ensino público e privado do Estado de Rondônia”, encaminhado a este Executivo com a Mensagem n. 124/2012-ALE, de 30 de maio de 2012.

Senhores Deputados, é sabido que a expectativa de vida da população se encontra diretamente correlacionada aos seus hábitos, assim considerados a alimentação, a profilaxia de doenças e a prática de atividades físicas.

O referido estado de completo bem-estar físico, mental e social, certamente, só pode ser alcançado caso os hábitos saudáveis sejam desde cedo implementados na essência cultural da população, ou seja, através das crianças e adolescentes, os quais integrarão a futura geração de adultos.

Em que pese a valorização de atividades preventivas em relação à saúde das crianças e adolescentes, o modo pelo qual a referida iniciativa se apresenta neste projeto não se coaduna com a eficiência necessária nas ações da Administração.

A referida obtenção do estado de completo bem-estar físico corresponde ao interesse público, e consubstancia-se em objetivo essencial da Administração Pública, ainda assim, os atos que viabilizam a concretização das metas devem respeitar as formas insculpidas em lei, em respeito à estrita legalidade que deve permear todo o processo legislativo.

Desse modo, embora seja notória a necessidade de educar os hábitos das futuras gerações, deve-se considerar a legalidade que envolve o desenvolvimento de políticas públicas, a fim de respeitar as competências atribuídas à cada Poder Integrante do Estado de Rondônia.

Da análise do presente Projeto de Lei, infere-se que a proposta do Parlamento envolve atos de organização e funcionamento dos serviços da Administração e, assim, matérias dessa natureza não pertencem à competência do Poder Legislativo e sim da alçada privativa do Poder Executivo.

Em vista disso, a implementação da proposta acarretaria em aumento de despesa para a Administração Pública, fazendo-se imprescindível a iniciativa do Poder Executivo, conforme preceito insculpido no artigo 40, inciso I, da Constituição Estadual.

Por conseguinte, resta evidente a competência privativa do Governador do Estado em dispor sobre a organização e o funcionamento da administração do Estado na forma da lei (artigo 65, inciso VII, da Constituição do Estado de Rondônia).





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
GOVERNADORIA

Há, portanto, que se observar o comando disposto no artigo 61, § 1º, inciso II, alínea “a” e “b”, da Constituição Federal, e interpretá-lo sob a lógica do princípio do paralelismo federativo ou da simetria jurídica, sendo indubitável que as leis que tratam de matérias relativas a organização administrativa e orçamentária, serviços públicos e pessoa da administração são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, fator que incorre na inconstitucionalidade formal do presente Projeto de Lei.

Ante o exposto, considerando as variantes que conflitam com o disposto nas Constituições Federal e Estadual e o vício insanável de iniciativa, impõe-se a necessidade de vetar o presente Projeto de Lei.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado veto total, antecipo sinceros agradecimentos pelo imprescindível apoio, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

Assinatura manuscrita em azul do Governador Confúcio Aires Moura.

CONFÚCIO AIRES MOURA
Governador